



Provas Académicas na FEUC

Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e teses apresentadas nas provas de Agregação e Doutoramento.

Teses de Doutoramento

Doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo

A Formação do Precariado: Transformações no Trabalho e Mobilizações de Precários em Portugal

José Soeiro

Nas últimas décadas, têm-se multiplicado, na Europa e em Portugal, as situações de desemprego e as condições em que o trabalho não é uma plataforma de acesso a proteção social e a direitos. Uma parte crescente da força de trabalho vive essa experiência da precariedade. O tema desta tese é o processo de formação do precariado como sujeito de ação coletiva em Portugal. Ou seja, trata-se de uma investigação sobre a sua auto-atividade, sobre as suas formas de identificação e de mobilização e sobre o modo como, na última década e meia, se foi constituindo um espaço de organizações autónomas de precários com uma agenda e repertórios de luta próprios. Para compreender este fenómeno, propõe-se uma caracterização do processo de precarização em Portugal, identificando os principais períodos, as modalidades de emprego precário mais comuns, os traços distintivos da precarização no contexto da sociedade portuguesa e as narrativas e modos de justificação que têm sido ativados para legitimar este processo. Esta investigação aborda a formação do precariado enquanto processo de subjetivação política em dois momentos diferentes. O primeiro resulta do ciclo de ação coletiva iniciado com o movimento alterglobal, no início dos anos 2000. O segundo eclodiu no início desta década, com a vaga internacional de mobilizações que ocorreu em vários pontos do mundo. Para cada um desses períodos, propõe-se uma interpretação das tendências gerais da ação coletiva do precariado e apresenta-se um estudo de caso. Acionando uma estratégia metodológica que combina operações quantitativas e qualitativas e

recorrendo a fontes diversas, esta pesquisa pretende-se extensiva na abordagem da agência própria dos precários na última década e meia e intensiva no tratamento de duas experiências concretas: o Fartos d'Estes Recibos Verdes e a luta da Linha Saúde 24. Estabelecendo uma relação entre a análise sistemática deste processo e as reflexões suscitadas pela política do precariado, apresentam-se quinze teses sobre as transformações no trabalho e as mobilizações de precários em Portugal.

Universidade de Coimbra, 6 de julho de 2015

Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI

Imigração, 'Crimigração' e Crime Violento: Os Reclusos Condenados e as Representações sobre Imigração e Crime

Maria João Guia

As migrações, sendo movimentos de pessoas que se deslocam em determinada altura no tempo, procurando outros destinos, implicam alterações sociais, culturais e comportamentais e envolvem a transposição das heranças histórico-culturais dos migrantes para as sociedades dos países de acolhimento. Em Portugal, a imigração tornou-se mais visível a partir do início do século XXI, com os programas de regularização extraordinária de estrangeiros. Em outros países, de maior tradição migratória, e em que os estudos sobre imigração e crime trouxeram visões antagónicas sobre uma eventual correlação entre ambas variáveis, foram implementadas políticas que restringiram o acesso dos migrantes a direitos de cidadania. O exemplo mais paradigmático vem dos EUA, onde foram implementadas as políticas públicas da 'Crimigração', que fizeram convergir a aplicação do Direito Criminal e da Lei de Imigração ao serviço da exclusão dos imigrantes, quer através da segregação pela sua condenação e reclusão, quer pelo afastamento dos indivíduos daquele país. Procurei verificar a existência de políticas e práticas crimigratórias em Portugal, tendo verificado, pelo contrário, que Portugal se destaca como um dos países com mais medidas de integração de imigrantes, constatando-se apenas uma prática policial atenta e seletiva e uma prática judicial de uma maior aplicação de prisão preventiva, bem como de condenação a pena de prisão, a indivíduos não nacionais, o que contribui para o sobrerrepresentação dos mesmos nas estatísticas da justiça. Nesse contexto, analiso o Crime Violento em Portugal, estabelecendo os crimes de homicídio, roubo, ofensas à integridade física e violação como objeto de investigação, procurando através das variáveis dos reclusos condenados em Portugal, entre os anos de 2002 e de 2011,





encontrar dados que evidenciem a intervenção de quatro grupos de indivíduos não nacionais na prática destes quatro crimes: os imigrantes, os circulantes de países terceiros, os euromigrantes e os visitantes de países da UE. O estudo efetuado não comprova nenhuma relação entre imigração e crime violento, à exceção do crime de roubo, em que existe uma crescente sobre-representação de indivíduos não nacionais. Conclui o estudo através da análise das representações dos discursos dos atores institucionais, ativistas das ONGs, e dos relatórios de segurança interna do Estado, de modo a analisar o fundamento dos crimes violentos terem sido, nos últimos anos, indevidamente associados aos imigrantes.

Universidade de Coimbra, 15 de julho de 2015

Doutoramento em Relações Internacionais, na especialidade de Política Internacional e Resolução de Conflitos

A Arquitetura de Paz na América do Sul: A Projeção Regional e Internacional do Brasil na Consolidação da Paz

Fernando Jose Ludwig

A atual conjuntura da América do Sul apresenta-se enquanto um desafio no que se refere a construção da paz regional. A paz, portanto, na região é entendida, pelos académicos, enquanto anómala, referente ao número relativamente baixo de conflitos interestatais na região. Sob esta égide, embora os países Sul-americanos não entrem em conflitos diretos, verifica-se um alto índice de problemas estruturais, que resultam na consolidação de uma paz negativa (Galtung, 1969). Neste sentido, a presente tese de doutoramento visa compreender a singularidade da construção da paz na América do Sul, tendo em consideração o papel da projeção regional e internacional do Brasil nesta configuração. Assim, para entender esta projeção brasileira em prol de uma política a favor da manutenção da paz (negativa), utiliza-se a construção metodológica de Gramsci (1971) acerca da conceptualização do Bloco Histórico e Hegemonia, bem como suas possíveis (re) interpretações e transposições para o cenário internacional, mais especificamente em casos de regionalismo (MERCOSUL e UNASUL). Em última análise, busca-se uma releitura, a partir de uma perspetiva neogramsciana, da conceção de paz que, devido aos caminhos epistemológicos da presente tese, passa por reinterpretar também os conceitos arraigados ao regionalismo.

Universidade de Coimbra, 11 de setembro de 2015

Doutoramento em Economia***Determinantes do Crescimento Económico:
Uma Aplicação a Países Pequenos, com
Especial Referência para Cabo Verde*****João António Furtado Brito**

O objetivo central desta tese consiste em verificar se a reduzida dimensão do país representa uma barreira significativa no processo do crescimento económico. De uma forma global, foram realizadas análises descritivas e empíricas do impacto de algumas variáveis económicas e ambientais, na taxa de crescimento do PIB per capita dos países pequenos em comparação com os países grandes, e foi estudado o processo de crescimento económico de um país pequeno e insular, Cabo Verde. Para responder à questão de partida, primeiro, recorreu-se à revisão da literatura, teórica e empírica, dos efeitos da dimensão do país no crescimento económico e, posteriormente, foram efetuadas análises descritivas de algumas variáveis económicas no grupo de países pequenos e de países grandes, o que ajudou na definição das linhas orientadoras da investigação empírica. Com recurso à técnica estatística das análises de clusters e aos indicadores população e área, foram definidos os grupos de países pequenos e de países grandes. Conciliando a fórmula genérica do modelo de crescimento económico (que engloba o modelo de Solow aumentado e acrescido de outras variáveis determinantes do crescimento) com o estimador system-GMM, foi analisado empiricamente, no período 1970-2010, o impacto das variáveis de interesse Investimento Direto Estrangeiro, Abertura Comercial, Instituições Políticas, Sociais e Económicas, Geografia, Coesão Social e Vulnerabilidade Ambiental na taxa de crescimento do PIB per capita de países pequenos e de países grandes. A investigação foi, também, direcionada para identificar empiricamente os canais de transmissão (capital humano, capital físico e produtividade) das variáveis de interesse na taxa de crescimento do PIB per capita e o

contributo destas variáveis na taxa de convergência entre os países de cada grupo. Os resultados encontrados indicam um certo equilíbrio entre o número de variáveis de interesse, cujo impacto é significativamente diferente, e aquelas cujo efeito é essencialmente igual, no crescimento económico dos países pequenos e dos países grandes. A produtividade foi identificada como o principal canal de transmissão das variáveis de interesse na taxa de crescimento do PIB per capita nos dois grupos de países. Os resultados evidenciam uma taxa de convergência β superior nos países pequenos, mas a diferença entre os coeficientes não é significativa. No geral, concluiu-se que os vários condicionantes associados à reduzida dimensão, apesar de influenciarem o impacto de alguns fatores no PIB per capita, não constituem um handicap ao crescimento económico, comparativamente aos países grandes. Adicionalmente, foi realizado o Growth Diagnostic da economia cabo-verdiana, com recurso ao modelo desenvolvido por Hausmann, Rodrik e Velasco (2005). Desta análise foram identificados vários fatores que têm dificultado os investimentos/crescimento económico em Cabo Verde, como a fraca intermediação financeira, deficientes infraestruturas, altos custos nas ligações entre as ilhas, ineficiente fornecimento de energia elétrica e desvios entre as necessidades de capital humano e as áreas de formação do ensino secundário e terciário. Assim, as políticas do Governo devem ser direcionadas no sentido de ultrapassar estas barreiras.

Universidade de Coimbra, 16 de setembro de 2015



**Doutoramento em Gestão de Empresas, na especialidade de Marketing*****Reputação Corporativa: Antecedentes e Impactos no Desempenho sob a Ótica dos Stakeholders*****Maria da Graça Marques Casimiro Almeida**

A reputação corporativa é um importante ativo intangível de uma empresa. A tese pretende investigar o papel da reputação corporativa sobre o comportamento dos stakeholders, avaliando um conjunto de antecedentes e impactos na ótica de três grupos de stakeholders de uma organização cooperativa do sector de lacticínios em Portugal: os cooperantes, os consumidores e os trabalhadores. O presente estudo pretende contribuir para a competitividade de um tipo de organização muito especial e algo fechada devido às especificidades da sua estrutura social. Atualmente, as empresas enfrentam um ambiente dinâmico caracterizado pela crescente globalização, rápidas mudanças tecnológicas e ciclos de vida cada vez mais curtos dos produtos. É neste contexto que a inovação e o desenvolvimento de novos produtos compreendem a chave para a sobrevivência do negócio. A investigação, baseada num questionário estruturado, é fundamentada em dados transversais. Propõe um modelo de investigação base, subdividido em três modelos: cooperantes, consumidores e trabalhadores testados através da modelagem de equações estruturais. Para o efeito foram recolhidos 263, 464 e 473 questionários válidos, respetivamente para os cooperantes, consumidores e trabalhadores. Estes foram recolhidos a partir de amostras com base numa organização de raiz cooperativa do sector dos lacticínios operante na Península Ibérica. Os modelos proporcionaram uma compreensão mais ampla do conceito de reputação corporativa, introduzindo os seus antecedentes e consequentes em função de cada um dos stakeholders estudados. Os dados revelaram uma boa adequação à modelização adotada. Os respondentes valorizaram a qualidade dos produtos e serviços, conferindo extrema importância a aspetos, como a solidez

financeira. É de salientar que a comunicação é uma variável relevante, uma vez que proporciona relações duradouras e estáveis entre os seus stakeholders. Os resultados conferem novas diretrizes para a gestão tradicional das cooperativas, nomeadamente para a gestão de ativos intangíveis como a reputação. Tendo em conta que as empresas vivem num ambiente dinâmico, este ativo apresenta-se como uma importante preocupação para os gestores a nível mundial, sendo estrategicamente gerida ao mais alto nível corporativo. A reputação é considerada uma fonte de vantagem competitiva com consequências positivas e diferenciadoras criando valor para as organizações. A cultura interna, a satisfação com a gestão, a imagem e a comunicação contribuem para a reputação e podem impulsionar o desempenho organizacional, assim como a lealdade dos seus membros. Os resultados trazem os desafios do século XXI para a gestão de organizações com os princípios que norteiam a gestão tradicional das cooperativas, ajudando-as a reforçar a competitividade junto dos mercados.

Universidade de Coimbra, 30 de novembro de 2015

Doutoramento em Gestão de Empresas***A Simplificação Fiscal em Portugal:
A Perceção sobre o Regime Simplificado
para as Pequenas Sociedades no
Contexto da Tributação do Rendimento*****Maria Goreti dos Santos Dâmaso**

Esta tese enquadra-se no âmbito da fiscalidade, mais especificamente na temática da simplificação fiscal. Pretende-se, com este estudo, a concretização de dois objetivos. O primeiro, consiste em identificar a principal característica que influenciou o aconselhamento, pelos técnicos oficiais de contas (TOC), à adesão ao regime simplificado de tributação (RST), em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que teve início no exercício económico de 2014. O segundo objetivo pretende identificar as características que um RST deve evidenciar segundo a perceção dos agentes que são importantes na sua adesão e funcionamento. Numa perspetiva a montante, os TOC que têm um papel fundamental no aconselhamento do RST, e posterior acompanhamento contabilístico e fiscal. Numa perspetiva a jusante, os auditores fiscais da Autoridade Tributária e Aduaneira, que fiscalizam o seu funcionamento. Os RST surgem em reformas fiscais tendo por base estratégias de simplificação destinando-se às pequenas e médias empresas, principalmente às de menor dimensão. Estes regimes têm como principal objetivo a diminuição dos custos de cumprimento para estas empresas e dos custos administrativos para a Administração Fiscal, e podem funcionar ainda, como uma forma de controlo da evasão fiscal. Em Portugal vigorou um RST, em sede de IRC, durante os exercícios económicos de 2001 até 2010. Atualmente, existe um novo RST, que foi proposto pela comissão para a reforma do IRC e teve início no exercício económico de 2014. A metodologia utilizada neste estudo é a quantitativa numa lógica dedutiva. O questionário foi usado como método de recolha de dados primários. Dos 435 questionários considerados válidos, 315 foram respondidos por TOC e 120 por auditores tributários. Os resultados evidenciam que, dos TOC inquiridos, 68% não aconselharam a

adesão do RST. Apenas 9,3% dos TOC expressam o aconselhamento à adesão ao RST, e 22,8% aconselharam algumas empresas e outras não. A opção pelo aconselhamento do RST, por parte dos TOC, foi essencialmente efetuada em função da poupança fiscal obtida. O que nos leva a considerar que os TOC participam ativamente na gestão fiscal das empresas a quem prestam serviço. Os TOC inquiridos aconselharam maioritariamente a adesão ao RST às empresas que se dedicam a vendas de mercadorias e produtos. Os resultados contribuem para a identificação das características recomendáveis de um RST. Estas características são: o regime deve utilizar os métodos presuntivos ou indiretos, especificamente quando o cálculo de imposto é efetuado com base no volume de negócios e a atividade exercida; não deve ser coordenado com a contabilidade de caixa em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA); deve ser opcional e deve manter a obrigatoriedade de certificação pelo TOC e da contabilidade organizada. A análise fatorial exploratória permite identificar 6 fatores, alguns deles coincidentes com as metodologias de simplificação fiscal apresentadas na literatura, o que suporta os resultados obtidos. A comparação de médias na perceção destes fatores, pelos dois grupos de respondentes, verificou diferenças em 5 dos 6 fatores extraídos. Estes resultados verificam a diferente perspetiva dos respondentes. O fator “dispensa da contabilidade organizada” é o único que distingue os TOC que aconselharam o RST dos que não o fizeram. Este resultado pode significar que esta característica é fundamental para o aconselhamento do RST. Os resultados permitem ainda concluir que o método utilizado atualmente no cálculo da matéria coletável do novo RST acolhe perceções concordantes, por parte dos dois grupos de respondentes. A adequação dos coeficientes para cálculo do imposto à atividade exercida pode ser considerada uma evolução positiva. Adicionalmente, permitem concluir que este RST deve continuar com a sua característica de opcional, não ser coordenado com IVA de caixa, e contrariamente à opinião de estudos anteriores, deve manter a obrigatoriedade da contabilidade organizada.

Universidade de Coimbra, 7 de dezembro de 2015



**Doutoramento em Gestão de Empresas, na especialidade de Finanças*****Conflitos de Agência, Mecanismos de Controlo e Performance das Sociedades por Quotas e Anónimas de Pequena e Média Dimensão: Um Estudo Empírico no Contexto Português*****Marquinha Teixeira Zinga**

Este estudo tem como objetivo analisar (i) os problemas de agência nas sociedades por quotas e anónimas de pequena e média dimensão não-cotadas; (ii) os efeitos do envolvimento familiar nos custos de agência e performance e, por fim, (iii) os efeitos dos mecanismos de controlo interno nos custos de agência e performance das PME's. Utilizando uma amostra de 2978 PME's, entre 2005-2011, os resultados obtidos revelam que, em virtude dos efeitos de alinhamento e entrincheiramento, a relação entre a rotação dos ativos e o envolvimento da família na propriedade é não-linear, predominantemente positiva (com valor máximo 41%), mas a propriedade familiar não tem efeito significativo sobre os custos discricionários dos gestores. Já a relação entre a rotação dos ativos e o envolvimento da família na gestão é predominantemente negativa (com valor mínimo 39%), mas a gestão familiar também não tem efeito significativo sobre os custos discricionários dos gestores. A interação entre a propriedade e a gestão familiar aumenta a rotação dos ativos, mas sem efeitos significativos sobre os custos discricionários. No entanto, está positivamente associada ao racionamento do crédito. A maturidade da dívida e os gastos com o financiamento dependem da liquidez financeira, das garantias patrimoniais, das oportunidades de crescimento, do nível de endividamento, da dimensão e idade da empresa. O envolvimento da família no negócio é irrelevante, quer para o acesso ao crédito em condições favoráveis, quer para a performance das PME's. As relações entre os mecanismos de controlo interno e os custos de agência, além de variarem ao longo do tempo, não são monolíticos. Por fim, os resultados revelam que os efeitos dos

mecanismos de controlo sobre a performance, além de serem cíclicos, variam de acordo com os indicadores da performance em análise.

Universidade de Coimbra, 14 de dezembro de 2015

Doutoramento em Democracia no século XXI***A Força da Lei e a Força de Vontade: A Importância da Lei para a Promoção de Práticas Participativas na Elaboração de Instrumentos Urbanísticos em Portugal e na Itália*****Sheila Holz**

A proposta desta investigação é analisar a importância da lei para a criação de práticas participativas na elaboração de instrumentos de planeamento urbanístico em nível local, em Portugal e na Itália. Considerando que as Constituições garantem ao cidadão o direito de participar diretamente nas decisões, e em alguns casos impõem esta prática em determinadas áreas, as perguntas que se pretende responder são: 1. *Em que medida os processos participativos são influenciados pela existência de normativa específica?* 2. *Em que medida estes mesmos processos originam-se, ao contrário, na clara força de vontade de quem os promove?* Para isso a tese foi construída com base na representação de dois cenários: a “força da lei” e a “força de vontade”, onde o primeiro representa os processos realizados apenas para cumprir a determinação legal e o segundo onde as práticas decorrem de um processo de diálogo entre governante e cidadãos. O texto é embasado nos preceitos trazidos pelo Estado Constitucional de Direito e na teoria da democracia participativa, sendo os seus conceitos articulados com a legislação acerca da participação cidadã na elaboração de instrumentos urbanísticos, em atenção às normas de competência determinadas por suas constituições. O estudo de caso foi realizado em Portugal e Itália, analisando-se as garantias constitucionais acerca da participação cidadã e como suas leis de planeamento urbano e ordenamento do território as garantiam e determinavam sua prática pelas administrações municipais. A pesquisa empírica foi realizada nas cidades de Lisboa (Portugal), e Piombino (Região Toscana, Itália) e pretendeu-se identificar a abertura da participação promovida por estas administrações para perceber em que medida

são realizadas para cumprir a exigência legal ou se é possível notar uma clara força de vontade para superar requisitos mínimos estabelecidos na lei e realizar práticas participativas. A metodologia empregada foi o estudo comparado, a observação, a análise de documentos e a realização de entrevistas. Para construir a análise, primeiro foi identificado na legislação de cada um dos países estudados como a participação estava garantida e determinada, buscando-se responder como estes textos estabelecem *quem participa, como participa, em que participa, quando participa e quem decide*. A seguir, responderam-se as mesmas perguntas nas práticas participativas analisadas. A conclusão é de que as legislações de ordenamento do território estudadas, embora determinem a participação do cidadão, não impõem a realização de espaços coletivos estruturados para a discussão dos instrumentos urbanísticos e assim não incentivam a sua realização. Em relação às práticas participativas analisadas, a conclusão é que elas foram realizadas superando os requisitos mínimos legais, por terem organizado espaços coletivos de discussão sobre os instrumentos urbanísticos em elaboração, mas que a prática participativa realizada em Lisboa não foi de caráter participativo mas sim consultivo, enquanto a de Piombino pode ser classificada como participativa.

Universidade de Coimbra, 15 de dezembro de 2015



**Doutoramento em Democracia no século XXI*****A Ousadia de Conviver com a Floresta:
Uma Ecologia Política do Extrativismo na
Amazônia*****Felipe Milanez Pereira**

Esta tese parte de um caso analisador-revelador, o duplo homicídio dos ambientalistas populares Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, no sudeste do Pará, na Amazônia Oriental, para investigar as contradições do desenvolvimento, a violência nos conflitos socioambientais e as estratégias de resistência das classes subalternizadas na luta pelo comum e pelas alternativas de existência. Artigo uma perspectiva de investigação descolonial em ecologia política para tentar responder a diversos questionamentos que surgem a partir de um problema central: Como o modelo de crescimento econômico na primeira década do século XXI e as políticas ambientais se relacionam com as instituições democráticas do país? A hipótese com a qual trabalho é que existe uma contradição entre o papel atribuído às instituições e o modelo econômico colocado em prática, o que gera uma permanente tensão entre os sentidos do interesse público e os benefícios privados, que conduz à associação de interesses antidemocráticos e limita a prática da política como uma anti-violência. Dentro deste quadro analítico em ecologia política, investigo a expansão do capitalismo a partir do efeito de compressão do tempo e do espaço, e a apropriação do tempo-espaço em trocas desiguais globais, construindo um espaço da extração aonde os obstáculos para o avanço do capital são removidos violentamente. Para situar localmente a compreensão da violência nos conflitos socioambientais, proponho uma revisão analítica do espaço sócio-histórico dos castanheais de *Bertholletia excelsa*, como um ambiente antropogênico, transformado em um espaço de conflito territorial com o avanço do capitalismo e os cercamentos. Em uma ecologia dos saberes, é desenvolvido um procedimento investigativo que busca

registrar experiências na construção de alternativas. Estas alternativas emergem da luta dos movimentos sociais aprendidos como um processo epistêmico, o qual sustento por uma revisão da formação do movimento sindical e a construção da ideia do agroextrativismo como uma possibilidade alternativa de desenvolvimento sustentável em uma luta contra-hegemônica contra a privatização do comum. O processo de privatização do comum é entendido como um movimento continuado, violento, e que visa separar a classe trabalhadora das condições materiais de reprodução. Como principal contribuição, interpreto a “ousadia” como revolta constituidora do processo de subjetificação na luta pelo comum e pela vida.

Universidade de Coimbra, 17 de dezembro de 2015